

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	13
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	14
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	15
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	16
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	17
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	52.437
Preferenciais	0
Total	52.437
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	68.170	70.799
1.01	Ativo Circulante	1.669	5.952
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.135	5.518
1.01.03	Contas a Receber	534	434
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	534	434
1.01.03.02.02	Juros sobre o Capital Próprio a receber	534	434
1.02	Ativo Não Circulante	66.501	64.847
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.471	3.353
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.471	3.353
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições a recuperar	3.459	3.341
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	12	12
1.02.02	Investimentos	43.429	41.893
1.02.02.01	Participações Societárias	43.429	41.893
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	43.429	41.893
1.02.04	Intangível	19.601	19.601
1.02.04.01	Intangíveis	19.601	19.601
1.02.04.01.02	Ágio/ Deságio s/ Investimento	19.601	19.601

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	68.170	70.799
2.01	Passivo Circulante	2.663	7.310
2.01.03	Obrigações Fiscais	182	49
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	182	49
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	122	49
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	60	0
2.01.05	Outras Obrigações	2.481	7.261
2.01.05.02	Outros	2.481	7.261
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.481	7.261
2.02	Passivo Não Circulante	12	12
2.02.02	Outras Obrigações	12	12
2.02.02.02	Outros	12	12
2.02.02.02.04	Outros passivos não circulantes	12	12
2.03	Patrimônio Líquido	65.495	63.477
2.03.01	Capital Social Realizado	49.646	49.646
2.03.04	Reservas de Lucros	13.509	13.509
2.03.04.01	Reserva Legal	4.233	4.233
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.240	6.240
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	3.036	3.036
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.905	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	435	322

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.927	3.132
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-124	-62
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-47
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.051	3.241
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.927	3.132
3.06	Resultado Financeiro	100	102
3.06.01	Receitas Financeiras	100	102
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.027	3.234
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-122	-98
3.08.01	Corrente	-122	-98
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.905	3.136
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.905	3.136
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,03633	0,05981

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	397	-2
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-32	-50
6.01.01.01	Lucro do exercício antes do IR e da CS	2.027	3.234
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-2.051	-3.241
6.01.01.03	Outras operações	-8	-43
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	429	48
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.780	0
6.02.01	Dividendos e JCP pagos	-4.780	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.383	-2
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.518	3.294
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.135	3.292

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	49.646	0	13.509	0	322	63.477
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	49.646	0	13.509	0	322	63.477
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.905	113	2.018
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.905	0	1.905
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	113	113
5.05.02.06	Ganhos s/ ativos disponíveis para venda (reflexo da investida)	0	0	0	0	113	113
5.07	Saldos Finais	49.646	0	13.509	1.905	435	65.495

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	49.646	0	12.740	0	-46	62.340
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	49.646	0	12.740	0	-46	62.340
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.136	90	3.226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.136	0	3.136
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	90	90
5.05.02.06	Ganhos s/ ativos disponíveis para venda (reflexo da investida)	0	0	0	0	90	90
5.07	Saldos Finais	49.646	0	12.740	3.136	44	65.566

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-63	-63
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-63	-63
7.03	Valor Adicionado Bruto	-63	-63
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-63	-63
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.151	3.344
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.051	3.242
7.06.02	Receitas Financeiras	100	102
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.088	3.281
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.088	3.281
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	180	145
7.08.02.01	Federais	180	145
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3	0
7.08.03.03	Outras	3	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.905	3.136
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.905	3.136

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	112.928	115.798
1.01	Ativo Circulante	22.764	25.480
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.106	6.984
1.01.02	Aplicações Financeiras	190	174
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	190	174
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	190	174
1.01.03	Contas a Receber	13.399	14.261
1.01.03.01	Clientes	10.937	11.881
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.462	2.380
1.01.03.02.01	Serviços em curso	1.446	1.269
1.01.03.02.02	Dispêndios a reembolsar em curso	703	702
1.01.03.02.03	Subvenção a Baixa Renda - Tarifa Social	313	409
1.01.04	Estoques	156	122
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.492	3.605
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.492	3.605
1.01.07	Despesas Antecipadas	66	31
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	355	303
1.01.08.03	Outros	355	303
1.02	Ativo Não Circulante	90.164	90.318
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	35.697	36.997
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.653	2.437
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.653	2.437
1.02.01.03	Contas a Receber	13.560	13.537
1.02.01.03.01	Clientes	13.560	13.537
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.122	2.434
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.122	2.434
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.362	18.589
1.02.01.09.03	Ativo indenizável (concessão)	7.023	7.107
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	4.048	3.935
1.02.01.09.05	Benefício fiscal-ágio incorporado	6.413	6.539
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	618	627
1.02.01.09.07	Superavit atuarial	254	254
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	6	127
1.02.02	Investimentos	80	80
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	80	80
1.02.04	Intangível	54.387	53.241
1.02.04.01	Intangíveis	34.786	33.640
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	34.786	33.640
1.02.04.02	Goodwill	19.601	19.601

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	112.928	115.798
2.01	Passivo Circulante	19.214	23.132
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	726	601
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	726	601
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	726	601
2.01.02	Fornecedores	5.095	5.386
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.095	5.386
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.547	2.288
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.243	2.288
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	396	2.288
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	847	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.274	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	30	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.927	4.289
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.513	2.115
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.513	2.115
2.01.04.02	Debêntures	2.414	2.174
2.01.05	Outras Obrigações	5.536	10.185
2.01.05.02	Outros	5.536	10.185
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.608	7.373
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	1.911	1.783
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	1.017	1.029
2.01.06	Provisões	383	383
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	383	383
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	262	262
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	121	121
2.02	Passivo Não Circulante	28.219	29.189
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	25.320	25.858
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18.999	19.542
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	18.999	19.542
2.02.01.02	Debêntures	6.321	6.316
2.02.02	Outras Obrigações	387	369
2.02.02.02	Outros	387	369
2.02.02.02.03	Obrigações de benefícios / contribuições definidos	6	6
2.02.02.02.04	Outros passivos não circulantes	199	181
2.02.02.02.05	Taxas regulamentares	182	182
2.02.03	Tributos Diferidos	1.410	1.822
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.410	1.822
2.02.04	Provisões	1.102	1.140
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.102	1.140
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	65.495	63.477
2.03.01	Capital Social Realizado	49.646	49.646
2.03.04	Reservas de Lucros	13.509	13.509
2.03.04.01	Reserva Legal	4.233	4.233
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.240	6.240
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	3.036	3.036

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.905	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	435	322

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	22.366	20.131
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-18.352	-15.251
3.02.01	(-) Deduções da receita bruta	-6.880	-6.188
3.02.02	Custo do serviço	-11.472	-9.063
3.03	Resultado Bruto	4.014	4.880
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.424	-1.350
3.04.01	Despesas com Vendas	-673	-393
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-751	-910
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-47
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.590	3.530
3.06	Resultado Financeiro	98	464
3.06.01	Receitas Financeiras	1.081	967
3.06.02	Despesas Financeiras	-983	-503
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.688	3.994
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-783	-858
3.08.01	Corrente	-940	-864
3.08.02	Diferido	157	6
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.905	3.136
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.905	3.136
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.905	3.136
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,03633	0,05981

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.766	3.114
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.480	4.234
6.01.01.01	Lucro do exercício antes do IR e da CS	2.688	3.994
6.01.01.03	Outras operações	792	240
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.286	-1.120
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.383	-1.271
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.262	597
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-879	2.440
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.985	7.798
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.106	10.238

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	49.646	0	13.509	0	322	63.477	0	63.477
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	49.646	0	13.509	0	322	63.477	0	63.477
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.905	113	2.018	0	2.018
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.905	0	1.905	0	1.905
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	113	113	0	113
5.05.02.06	Ganhos s/ ativos disp. para venda (reflexo da investida)	0	0	0	0	113	113	0	113
5.07	Saldos Finais	49.646	0	13.509	1.905	435	65.495	0	65.495

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	49.646	0	12.740	0	-46	62.340	0	62.340
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	49.646	0	12.740	0	-46	62.340	0	62.340
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.136	90	3.226	0	3.226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.136	0	3.136	0	3.136
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	90	90	0	90
5.05.02.06	Ganhos s/ ativos disp. para venda (reflexo da investida)	0	0	0	0	90	90	0	90
5.07	Saldos Finais	49.646	0	12.740	3.136	44	65.566	0	65.566

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	22.134	19.788
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	22.365	20.131
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-231	-343
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.725	-8.523
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.648	-6.480
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.077	-2.043
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.409	11.265
7.04	Retenções	-722	-507
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-722	-507
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.687	10.758
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.081	968
7.06.02	Receitas Financeiras	1.081	968
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.768	11.726
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.768	11.726
7.08.01	Pessoal	993	831
7.08.01.01	Remuneração Direta	448	414
7.08.01.04	Outros	545	417
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.882	7.252
7.08.02.01	Federais	4.137	3.754
7.08.02.02	Estaduais	3.735	3.491
7.08.02.03	Municipais	10	7
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	988	507
7.08.03.01	Juros	837	448
7.08.03.02	Aluguéis	6	5
7.08.03.03	Outras	145	54
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.905	3.136
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.905	3.136

Comentário do Desempenho

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 1.905 (R\$ 3.136 no trimestre findo em 31 de março de 2010). O resultado se refere basicamente ao resultado de equivalência patrimonial de sua participação na controlada em conjunto COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte (“COSERN”).

Tendo em vista que a Sociedade é uma *holding* não-operacional, e seu resultado é basicamente o reflexo da equivalência patrimonial da COSERN, suas informações trimestrais que contemplam o comentário de desempenho, devem ser lidas em conjunto com as informações trimestrais e comentário de desempenho de sua investida que já foram divulgadas ao mercado por meio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Uptick Participações S.A.

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.**Notas Explicativas da Administração às Informações Contábeis Intermediárias****Em 31 de Março de 2011 e de 2010****(Valores expressos em milhares de reais)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Uptick Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia possui 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“COSERN”), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

<u>Distribuição</u>	<u>Municípios</u>	<u>Localidades</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	31/12/27

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**2.1 Base de preparação**

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera (“moeda funcional”).

A emissão das demonstrações contábeis individuais foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de abril de 2011.

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

2.2 Informações contábeis intermediárias individuais

As informações contábeis intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Essas práticas diferem daquelas emanadas do “IFRS” aplicáveis para as informações contábeis intermediárias separadas na avaliação do investimento no qual a controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial no CPC, enquanto para fins do “IFRS” seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas informações contábeis intermediárias individuais. Assim sendo, as informações contábeis intermediárias consolidadas e as informações contábeis intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas em um único conjunto de informações contábeis intermediárias.

2.3 Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias denominadas “consolidado” incluem as demonstrações da Uptick Participações S.A., as informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas para o trimestre findo em 31/03/11 e 31/03/10 e as demonstrações contábeis consolidadas preparadas para o exercício findo em 31/12/10 da sua Controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN que estão de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com os CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A consolidação proporcional resulta da aplicação do percentual de participação de 5,8192% da Uptick Participações S.A. no capital da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, sobre os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas das respectivas demonstrações financeiras da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN.

As informações contábeis intermediárias consolidadas proporcionais foram elaboradas de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM nº 247/96, sendo eliminados os saldos ativos e passivos entre as empresas, os resultados de transações realizadas entre as empresas e as participações no patrimônio líquido da controlada em conjunto.

2.4 Demonstrações dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados dos trimestres estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Lucro líquido do trimestre	1.905	3.136	1.905	3.136
Outros resultados abrangentes:				
Ganhos (perdas) em ativos financeiros disponíveis para venda, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	113	90
Equivalência sobre os ganhos (perdas) em ativos financeiros disponíveis para venda	113	90	-	-
Outros resultados abrangentes	113	90	113	90
Resultado abrangente do trimestre	2.018	3.226	2.018	3.226

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Atribuível:				
Controladores	2.018	3.226	2.018	3.226
Não controladores	-	-	-	-

2.5 Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias, de acordo com as normas do CPC aplicáveis as companhias abertas, enquanto que para as normas do IFRS, representam informação contábil adicional.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Controladora

As principais políticas e práticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo e foram aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2011 e nas demonstrações contábeis comparativas.

a. Apuração do resultado (controladora)

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa (controladora)

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “pro-rata temporis” até a data do encerramento do trimestre, não excedendo ao valor de mercado.

c. Impostos e contribuições a recuperar (controladora)

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

d. Depósitos judiciais (controladora)

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais e não estão sendo atualizados monetariamente. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorra desfecho favorável para a Companhia.

e. Outros ativos circulante e não circulante (controladora)

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

f. Investimento (controladora)

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

A participação em controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos desta participação são registrados como uma redução do valor do investimento.

g. Passivo circulante e não circulante (controladora)

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

h. Imposto de renda e contribuição social (controladora)

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações trimestrais. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ano ou R\$ 20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

i. Estimativas contábeis (controladora)

A elaboração de informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

3.2 Controlada em conjunto - COSERN

As principais políticas e práticas contábeis da Controlada em conjunto COSERN estão descritas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e foram aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2011 e nas demonstrações contábeis comparativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (controladora e consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Caixa e depósitos bancários à vista	5	4	62	270
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	-	119	59
Letras Financeiras do Tesouro				
Fundos de investimento	1.130	5.514	5.925	6.655
	<u>1.135</u>	<u>5.518</u>	<u>6.106</u>	<u>6.984</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentuais que variam de 97% a 100%.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS (consolidado)

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	Consolidado	
		31/03/11	31/12/10
Consumidores	(1)	24.718	25.234
Títulos a receber		49	47
Comercialização de energia na CCEE	(2)	1.182	1.490
Disponibilização do sistema de distribuição		365	394
Serviços prestados a terceiros		136	92
Outros créditos		427	521
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3)	(2.380)	(2.360)
Total		24.497	25.418
Circulante		10.937	11.881
Não Circulante		13.560	13.537

(1) Consumidores

	Consolidado						
	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Saldos Vencidos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Setor Privado							
Residencial	1.288	1.586	215	3.090	3.101	(234)	(258)
Industrial	1.870	507	384	2.760	2.062	(187)	(180)
Comercial, serviços e outras	693	214	205	1.111	1.864	(524)	(516)
Rural	145	177	191	513	679	(94)	(95)
	<u>3.996</u>	<u>2.484</u>	<u>995</u>	<u>7.474</u>	<u>7.706</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(1.049)</u>
Setor Público							
Poder Público							
Federal	135	35	6	176	178	(3)	(2)
Estadual	8.982	33	44	9.059	9.022	(3)	(3)
Municipal	4.461	200	350	5.010	5.172	(939)	(912)
	<u>13.578</u>	<u>268</u>	<u>400</u>	<u>14.245</u>	<u>14.372</u>	<u>(945)</u>	<u>(917)</u>
Iluminação pública	153	62	70	285	221	(23)	-
Serviço público	558	18	5	581	689	(325)	(25)
Fornecimento não faturado	2.133	-	-	2.133	2.246	-	(322)
	<u>20.418</u>	<u>2.832</u>	<u>1.470</u>	<u>24.718</u>	<u>25.234</u>	<u>(2.332)</u>	<u>(2.313)</u>
Circulante				11.175	12.605	(2.332)	(2.313)

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Não Circulante 13.543 12.629 - -

No contas a receber estão incluídas valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimentos futuro, acrescidos de juros e multa calculados pro rata temporis.

Do saldo total, o montante de R\$ 8.340 (R\$ 8.620 em 31 de dezembro de 2010), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito CD-0103/2006, CD/0023/2011 e CD-0024/2011.

(2) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A COSERN não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da COSERN para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº. 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consolidado				
	Consumidores	Títulos a Receber	Subtotal	Outros Créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(2.313)	(47)	(2.360)	(909)	(3.269)
			-		-
Adições	(226)	(1)	(227)	(94)	(321)
Reversões	207	-	207	-	207
Saldos em 31 de março de 2011	<u>(2.332)</u>	<u>(48)</u>	<u>(2.380)</u>	<u>(1.003)</u>	<u>(3.383)</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (consolidado)

Agente	Ref.	Tipo de Aplicação	Consolidado			
			Vencimento	Indexador	31/03/11	31/12/10
Financeiro						

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Mantidos até o vencimento

Banco Nordeste do Brasil	(1)	Carteira de clientes/CDI	Diversos	CDI	1.653	2.548
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	11	-
Bradesco	(2)	CDB/CDI	Diversos	CDI	61	63
Bradesco	(2)	LFT	jun-11	CDI	3	-
Banco Itaú		CDB	jan-10	CDI	115	-
Total					<u>1.843</u>	<u>2.611</u>
Circulante					190	174
Não Circulante					1.653	2.437

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto ao BNB (vide nota explicativa nº 14).

(2) Constitui garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR (controladora e consolidado)

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Circulante					
Imposto de Renda - IR	(1)	-	-	188	245
Contribuição Social - CSLL	(1)	-	-	134	13
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(2)	-	-	699	1.782
Programa de Integração Social - PIS	(3)	-	-	205	223
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3)	-	-	1.231	1.311
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	-	22	19
Imposto sobre Serviços - ISS		-	-	13	12
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.492</u>	<u>3.605</u>
Não-Circulante					
Imposto de Renda - IR	(1)	3.263	3.242	3.263	3.242
Contribuição Social - CSLL	(1)	196	99	196	99
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(2)	-	-	589	594
		<u>3.459</u>	<u>3.341</u>	<u>4.048</u>	<u>3.935</u>
Total		<u>3.459</u>	<u>3.341</u>	<u>6.540</u>	<u>7.540</u>

(1) O Imposto de Renda – IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL correspondente aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados. A Companhia mantém no ativo não circulante créditos tributários no valor de R\$ 3.459 mil, cuja realização dependerá da geração de lucros tributários futuros por parte da Companhia.

(2) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está composto da seguinte forma:

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

- (a) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº. 102 de 11 de julho de 2000, que em 31 de março de 2011 é de R\$ 1.077 (R\$ 1.074, em 31 de dezembro de 2010).
- (b) Diversos créditos de ICMS a recuperar no montante de R\$ 211 em 31 de março de 2011 (R\$ 1.302 em 31 de dezembro de 2010).
- (3) PIS e COFINS a recuperar composto da seguinte forma:
- (a) PIS e COFINS a compensar decorrente das antecipações de órgão públicos e do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente, no montante de R\$ 318
- (b) PIS e COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) a compensar decorrente do Mandado de Segurança com pedido de Liminar, argüindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, a Companhia obteve o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procedeu no mês de dezembro de 2009 o registro contábil do indébito tributário, que será compensado com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 1.417 (R\$ 1.104 em 31 de dezembro de 2010), tendo como contrapartida o resultado do exercício.

8. OUTROS ATIVOS (consolidado)

	Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
Adiantamentos a empregados	102	36
Adiantamentos a fornecedores	10	10
Serviços prestados a terceiros	38	40
RGR a compensar	26	27
Desativações em curso	85	91
Outros créditos a receber	102	226
Total	361	430
Circulante	355	303
Não Circulante	6	127

Apresentado líquido da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, no montante de R\$ 1.003 (vide nota 4, item 3).

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS (consolidado)

A Controlada em Conjunto registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

Consolidado	
Ativo	Passivo

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

	31/03/11		31/12/10		31/03/11		31/12/10	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Diferenças temporárias	6.241	1.560	7.158	1.790	4.147	1.037	5.357	1.340
Contribuição Social								
Diferenças temporárias	6.241	562	7.158	644	4.147	373	5.357	482
Total		2.122		2.434		1.410		1.822

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	Consolidado			
	31/03/11		31/12/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.582	2.582	1.589	1.589
Provisão para contingências	1.473	1.473	1.504	1.504
Provisão agente arrecadador	122	122	122	122
Provisão PLR	511	511	254	254
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	1.433	1.433	3.585	3.585
Outros	119	119	104	104
Total Ativo	6.240	6.240	7.158	7.158
Passivo				
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	658	658	487	487
Ajuste da quota anual de amortização	157	157	139	139
Capitalização de juros de acordo com o IFRS	1.102	1.102	1.008	1.008
(-) Amortização da capitalização de juros	(128)	(128)	(68)	(68)
Déficit plano previdenciário CD	2	2	2	2
Superávit plano previdenciário BD	254	254	254	254
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	1.910	1.910	3.329	3.329
Outros	193	193	206	206
Total Passivo	4.148	4.148	5.357	5.357

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Controlada em Conjunto indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Controlada em conjunto do mercado que a mesma opera, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais será nos próximos doze meses.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Controlada em conjunto.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados

Uptick Participações S.A. Notas Explicativas

pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2011 e 2010:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/11		31/03/10		31/03/11		31/03/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	2.027	2.027	3.234	3.234	2.688	2.688	3.994	3.994
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(252)	(252)	(252)	(252)	(880)	(880)	(382)	(382)
Ajustes decorrentes do RTT	628	628	511	511	502	502	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	2.403	2.403	3.493	3.493	2.310	2.310	3.612	3.612
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	601	216	873	314	578	208	903	325
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:								
(+) Adições								
Contribuições e doações	-	-	-	-	1	1	1	-
Multas indedutíveis	-	-	-	-	-	-	1	-
Depreciação veículos executivos	-	-	-	-	4	1	3	1
Outras adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal Adições	-	-	-	-	5	2	5	1
(-) Exclusões								
Equivalência Patrimonial	(513)	(185)	(810)	(292)	-	-	-	-
Reversão da Provisão do Ágio	63	-	63	-	2	(22)	-	(23)
Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	-	(50)	-	(426)	-
Incentivos Audiovisual/Rouanet e PAT	-	-	-	-	(4)	-	(7)	-
Créditos Fiscais (não constituídos) constituídos	(45)	(9)	(38)	(6)	(45)	(10)	(38)	(5)
Outras Exclusões	(6)	-	(6)	-	(8)	1	(7)	-
Subtotal Exclusões	(501)	(194)	(791)	(298)	(105)	(31)	(478)	(28)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	100	22	82	16	478	179	430	298
Corrente	100	22	82	16	594	220	217	221
Diferido	-	-	-	-	(116)	(41)	213	77
	100	22	82	16	478	179	430	298

Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia e a Controlada em conjunto efetuaram sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ") ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia e da Controlada em conjunto, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: estrutura conceitual básica (reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (Contratos de Concessão).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS (controladora e consolidado)

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Ref.	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Trabalhistas	-	-	221	222
Cíveis	12	12	75	83
Fiscais:				
Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	322	322
Total	<u>12</u>	<u>12</u>	<u>618</u>	<u>627</u>

11. ATIVO INDENIZÁVEL - CONCESSÃO (consolidado)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a COSERN (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Controlada em conjunto onde:

- (i) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- (ii) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- (iii) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- (iv) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Controlada em conjunto, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 12).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Controlada em conjunto é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.107
Transferências	(254)
Ajuste - Valor Justo	170
Saldo em 31 de março de 2011	<u>7.023</u>

A concessão da Controlada em conjunto não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

12. INVESTIMENTO (controladora e consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Participação em controlada em conjunto	43.429	41.893	-	-
Outros investimentos	-	-	80	80
	<u>43.429</u>	<u>41.893</u>	<u>80</u>	<u>80</u>

a) Movimentação do Investimento na Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a participação da Companhia na Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

	31/03/11	31/12/10
Saldo no início do período	<u>41.893</u>	<u>38.301</u>
Equivalencia patrimonial	2.164	15.128
Juros sobre o capital próprio	(628)	(2.044)
Dividendos		(9.492)
Saldo do final do período	<u>43.429</u>	<u>41.893</u>

b) Informações sobre a Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

	31/03/11	31/12/10
Capital social	179.787	179.787
Quantidade de ações da COSERN Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028
Quantidade de ações possuídas:		

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Ordinárias	7.576.650	7.576.650
Preferenciais – Classes A	1.156.609	1.156.609
Preferenciais – Classes B	<u>1.047.352</u>	<u>1.047.352</u>
Subscritas e integralizadas	9.780.611	9.780.611
Participação no capital		
Capital votante	5,8396%	5,8396%
Capital social	5,8192%	5,8192%
Lucro líquido do período	<u>35.246</u>	<u>253.664</u>
Patrimônio líquido	<u>746.296</u>	<u>719.912</u>

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”)

A composição analítica dos valores deliberados ou propostos pela Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

Data:	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$):	Valor Total (R\$ mil):
31/03/11	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0628131025 ON 0,069044127 PNA/B	628

13. INTANGÍVEL (controladora e consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Ativo Intagível - Concessão	-	-	34.786	33.640
Ágio no investimento	19.601	19.601	19.601	19.601
	<u>19.601</u>	<u>19.601</u>	<u>54.387</u>	<u>53.241</u>

13.1 Concessão (controlada em conjunto – COSERN)

A movimentação do saldo do direito de uso da infraestrutura, como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, construída ou adquirida pela COSERN está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Amortização		Obrigações	Valor	Obrigações		Valor	
	Custo	acumulada	especiais	líquido	Custo	especiais	líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	35.859	(6.887)	477	29.449	4.369	(178)	4.191	33.640
Adições	-	-	-	-	1.637	(7)	1.630	1.630
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(812)	115	(697)	-	-	-	(697)

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Transferências	(160)	-	395	235	(22)	-	(22)	213
Saldo em 31 de Março de 2011	<u>35.699</u>	<u>(7.699)</u>	<u>987</u>	<u>28.987</u>	<u>5.984</u>	<u>(185)</u>	<u>5.799</u>	<u>34.786</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado e pela Administração da Controlada em conjunto como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Controlada em conjunto entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – Ativo indenizável (concessão) (vide nota explicativa 10).

(a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica de 5,31%.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Controlada em Conjunto avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas**13.2 Ágio no investimento (controladora)**

O ágio tem origem na aquisição do direito de exploração de serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de 30 anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme determinação da Lei nº 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado. Em 31 de dezembro de 2010, o ágio no investimento - COSERN, corresponde ao valor de R\$ 19.601.

14. FORNECEDORES (consolidado)

A composição do saldo em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro, é como segue:

Fornecedores	31/03/11	31/12/10
Energia elétrica:		
Terceiros	3.151	3.512
Partes relacionadas	16	4
Subtotal	3.167	3.516
Encargos de uso da rede	490	502
Materiais e serviços	956	886
Energia livre	482	482
Total	5.095	5.386
Circulante	5.095	5.386

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (consolidado)

Composição da dívida	Encargos		Principal		Total	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	31/03/11	31/12/10
BNB	9	-	1.569	6.532	8.110	8.411
(-) Custos de transação	-	-	(11)	(22)	(33)	(36)
Operações com Swap	-	-	-	-	-	-
Subtotal - BNB	9	-	1.558	6.510	8.077	8.375
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	2.555
(-) Custos de transação	8	-	454	2.037	2.499	-
Operações com Swap	-	-	-	-	-	-
Subtotal - BNDES FINEM	8	-	454	2.037	2.499	2.555
Eletrobrás	-	-	176	812	988	1.032
(-) Custos de transação	-	-	-	-	-	-
Operações com Swap	-	-	-	-	-	-
Subtotal - Eletrobrás	-	-	176	812	988	1.032

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

FINEP	2	-	116	737	855	862
(-) Custos de transação	-	-	(2)	(5)	(7)	(7)
Operações com Swap	-	-	-	-	-	-
Subtotal - FINEP	2	-	114	732	848	855
Banco do Brasil	233	336	-	8.670	9.239	9.051
(-) Custos de transação	-	-	(41)	(113)	(154)	(163)
Operações com Swap	-	-	-	15	15	(48)
Subtotal - Banco do Brasil	233	336	(41)	8.572	9.100	8.840
Total moeda nacional	252	336	2.261	18.663	21.512	21.657

Os vencimentos das parcelas do longo prazo são os seguintes:

	31/03/11			31/12/10		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2012	1.977	(39)	1.938	2.631	(53)	2.578
2013	2.627	(51)	2.576	2.622	(51)	2.571
2014	5.062	(37)	5.025	5.079	(37)	5.042
2015	7.604	(11)	7.593	7.504	(11)	7.493
Após 2015	1.869	(1)	1.867	1.859	(1)	1.858
Total	19.139	(139)	18.999	19.695	(153)	19.542

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Passivo	Não	Total
	Circulante	Circulante	
Saldos em 31/12/10	2.115	19.542	21.657
Ingressos	-	-	-
Encargos	399	95	494
Variação monetária e cambial	-	-	-
Swap	-	(9)	(9)
Efeito cumulativo marcação a mercado	13	(12)	1
Transferências	630	(630)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(644)	-	(644)
(-) Custos de transação	-	13	13
Saldos em 31/03/11	2.513	18.999	21.512

16. DEBÊNTURES E ENCARGOS (consolidado)

Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	31/03/11			Total	Total
					Encargos	Principal	Não Circulante		
COSERN	4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a	318	2.115	6.347	8.780	8.541

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

(-) Custos de transação	-	(19)	(26)	(45)	(51)
Subtotal - 4ª Emissão	318	2.096	6.321	8.735	8.490
Total	318	2.096	6.321	8.735	8.490

Os recursos oriundos da captação por meio das debêntures foram utilizados para reforço de caixa da COSERN.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/ EBITDA menor ou igual a 3 EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, a Controlada em conjunto atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/03/11			31/12/10		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2012	2.116	(12)	2.104	2.116	(17)	2.099
2013	2.116	(10)	2.106	2.116	(10)	2.106
2014	2.116	(4)	2.111	2.116	(4)	2.112
Total	6.348	(26)	6.321	6.348	(31)	6.317

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em	2.174	6.316	8.490
Encargos	239	-	239
(-) Custos de transação	1	5	6
Saldos em	2.414	6.321	8.735

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR (consolidado)

	31/03/11	31/12/10
Salários	(11)	11
Encargos sociais	-	28
Provisões férias e 13º salário	139	219
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	88	89
Provisão PLR	510	254
Total	726	601

18. TAXAS REGULAMENTARES (consolidado)

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Reserva Global de Reversão – RGR		100	79
Conta de Consumo de Combustível – CCC		271	271
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		46	43
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		16	20
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		8	10
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	448	404
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	1.169	1.097
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		10	10
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-
Encargo do Serviço do Sistema – ESS		-	-
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		245	31
Total		<u>2.093</u>	<u>1.965</u>
Circulante		1.911	1.783
Não Circulante		182	182

(a) A Controlada em conjunto reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nº 300/2008 e nº 316/2008.

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (controladora e consolidado)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Circulante				
Imposto de Renda - IR	100		25	18
Contribuição Social - CSLL	22		137	18
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-		1.274	1.357
Programa de Integração Social - PIS	10	9	130	133
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	48	40	600	612
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-		72	79
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	-		15	13
Imposto sobre Serviços - ISS	-		30	34
Outros	2		29	25
Total	<u>182</u>	<u>49</u>	<u>2.546</u>	<u>2.289</u>

20. PROVISÕES (consolidado)

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 383 classificada no passivo circulante (R\$ 383 em 31 de dezembro de 2010) e R\$ 1.090 no não circulante (R\$ 1.128 em 31 de dezembro 2010) estão compostas como segue:

<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>			
<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Saldos em 31 de dezembro de 2010	12	874	602	47	1.511
Constituição	-	31	61	42	146
Baixas/reversão	-	(26)	(151)	(42)	(219)
Remuneração	-	22	24	1	47
Saldos em 31 de março de 2011	<u>12</u>	<u>901</u>	<u>536</u>	<u>48</u>	<u>1.485</u>

Circulante	383
Não Circulante	1.102

A administração da Controlada em conjunto, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a controlada em conjunto, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/ reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária e subsidiária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência Trabalhista	Ref.	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
		Atualizado	Instância		31/03/11	31/12/10
Ex-empregados da Companhia		155	1ª, 2ª e 3ª	Provável	155	160
		195	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras		217	1ª, 2ª e 3ª	Provável	217	197
		349	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		10	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		528	1ª, 2ª e 3ª	Provável	529	517
		19	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>1.473</u>			<u>901</u>	<u>874</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m..

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência Cível	Ref.	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
		Atualizado	Instância		31/03/11	31/12/10
Clientes – Tarifas Plano Cruzado		84	1ª, 2ª e 3ª	Provável	84	185

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

	65	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	48	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	83	1ª, 2ª e 3ª	Provável	83	95
	9	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Acidente terceiros/trabalho	106	1ª, 2ª e 3ª	Provável	106	97
	121	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	28	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	55	1ª, 2ª e 3ª	Provável	55	-
	185	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	19	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	195	1ª, 2ª e 3ª	Provável	208	213
	1.770	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	53	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	2.821			536	590

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m..

Cientes (Plano Cruzado): Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e nº 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Indenização por perdas: Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

Acidente terceiros: Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.

Outras: Administrativa, Contrato de Demanda, Poder normativo da Concessionária, Cooperativas, Contratos Comercial/Financeiro, Débito de terceiros, honorários advocatícios, Inadimplência, Irregularidade de consumo, Corte indevido, Empréstimo Compulsório, Encargo de capacidade emergencial, Indenização por Danos Morais, Danos Materiais ou Morais e Materiais, Contratos com Terceirizados, Agentes Arrecadadores, Revisão de Consumo de Energia, Ações de Cobrança e execução contra ente público, usuário privado, Serviços de rede, Repetição de Indébito, Racionamento de Energia Elétrica ou Revisão de Faturamento.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência Fiscal	Ref.	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
		Atualizado	Instância		31/03/11	31/12/10
ICMS		41	1ª, 2ª e 3ª	Provável	41	-

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

	1.886	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	2
	1.521	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	2	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	41	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1.511	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS	1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	204	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	1.053	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	4.260	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	441	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	5	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	45
	140	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	<u>261</u>	1ª, 2ª e 3ª	Remota	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>11.371</u>			<u>48</u>	<u>47</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

ICMS: Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a Controlada em conjunto antes da privatização da Companhia, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

ISS: Refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

IRPJ: Refere-se a Auto de Infração no qual se discute lucro inflacionário acumulado realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório.

COFINS: Refere-se a processo judicial argüindo a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável a tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos.

Outras: Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

21. OUTROS PASSIVOS (consolidado)

Consolidado

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

	Ref	31/03/11	31/12/10
Consumidores	(1)	741	659
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		(1)	(2)
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		17	17
Caução em garantia	(2)	248	219
Encargos CBEE		1	17
Adiantamentos recebidos		144	-
Outras		66	300
Total		<u>1.216</u>	<u>1.210</u>
Circulante		1.017	1.029
Passivo Não Circulante		199	181

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (controladora e consolidado)

a) Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 49.646;

A composição do capital social autorizado da Companhia, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas.

Acionistas	Nº de ações em 31 de março de 2011
Ennesa Fundo de Investimento em Ações	52.436.999
Outros	4
Total	<u>52.437.003</u>

b) Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

c) Reserva de retenção de Lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela de lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 30.504 a qual foi constituída de acordo com o artigo 196 da Lei das S.A.

O resultado da companhia é composto basicamente pela equivalencia patrimonial com a Controlada em conjunto COSERN. Em 31 de março de 2011, a Companhia apresenta um saldo de R\$ 6.240 nesta reserva, pela falta de expectativa na realização do lucro.

d) Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

e) Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes reflexo, em atendimento ao CPC 26, inclui os ganhos e perdas decorrentes da mensuração a valor justo do ativo indenizável (concessão) na COSERN.

f) Resultado básico por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pelo média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício em poder dos acionistas, ou seja, em circulação.

23. RECEITA BRUTA (consolidado)

	Ref.	Consolidado	
		31/03/11	31/03/10
Fornecimento de energia	(a)	7.472	8.517
Receita de operação e manutenção		7.372	8.403
Remuneração financeira wacc		100	115
Câmara de comercialização de energia - CCEE		353	(702)
Disponibilização do sistema de transmissão	(b)	12.224	10.797
Receita de operação e manutenção		12.061	10.648
Remuneração financeira wacc		163	149
Receita de construção		2.087	1.326
Outras receitas	(c)	230	193
Total		<u>22.366</u>	<u>20.131</u>

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Consumidores:						
Residencial	970.971	924.285	383.827	363.731	7.925	7.322
Industrial	5.192	5.242	155.987	156.815	2.404	2.390

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Comercial	74.765	71.754	211.498	206.860	4.755	4.560
Rural	65.283	63.438	68.777	75.908	807	808
Poder público	11.807	11.363	53.763	49.499	1.241	1.113
Iluminação pública	5.214	4.803	37.012	37.342	454	435
Serviço público	1.590	1.547	58.981	57.847	908	871
Consumo próprio	93	92	1.070	1.182	-	-
Suprimento	4	4	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(113)	181
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	(11.408)	(9.820)
Subtotal	<u>1.134.919</u>	<u>1.082.528</u>	<u>970.915</u>	<u>949.184</u>	<u>6.973</u>	<u>7.861</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda					498	657
Total	<u><u>1.134.919</u></u>	<u><u>1.082.528</u></u>	<u><u>970.915</u></u>	<u><u>949.184</u></u>	<u><u>7.472</u></u>	<u><u>8.517</u></u>

* Informação não examinada pelos auditores independentes da controlada em conjunto.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Disponibilização do sistema de distribuição:

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	Consolidado	
	31/03/11	31/03/10
Receita de uso da rede básica / Sistema de conexão	816	977
Transfer. atividade de comercialização (consumidores cativos)	<u>11.408</u>	<u>9.820</u>
	<u><u>12.224</u></u>	<u><u>10.797</u></u>

(i) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1,618 de 23 de abril de 2008, a Controlada em conjunto efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD Homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas:

<u>31/03/11</u>	<u>31/03/10</u>
-----------------	-----------------

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Renda da prestação de serviços	11	10
Arrendamentos e aluguéis	86	77
Serviço taxado	31	55
Taxa de iluminação pública	39	-
Administração de faturas de fraudes	8	17
Outras receitas	55	33
Saldos em 31 de março de 2011	<u>230</u>	<u>193</u>

24. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA (consolidado)

Deduções da Receita Bruta	Consolidado	
	31/03/11	31/03/10
Impostos:		
ICMS	(3.735)	(3.491)
PIS	(330)	(306)
COFINS	(1.519)	(1.417)
ISS	(10)	(7)
Encargos Setoriais:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(125)	(123)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(139)	(130)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(812)	(571)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(63)	(59)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(25)	(24)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(13)	(12)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(25)	(24)
Encargos do Consumidor – PROINFA	(47)	(24)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(37)	-
Total	<u>(6.880)</u>	<u>(6.188)</u>

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (consolidado)

Custos / Despesas	Consolidado				
	31/03/11				31/03/10
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	(671)	(148)	(220)	(1.039)	(883)
Administradores	-	-	(39)	(39)	(32)
Entidade de previdência privada	(15)	(4)	(8)	(27)	(23)
Material	(40)	(5)	(9)	(54)	(44)
Serviços de terceiros	(297)	(237)	(317)	(851)	-
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica– TFSEE	(11)	(18)	-	(29)	(605)
Energia elétrica comprada para revenda	(6.766)	-	-	(6.766)	(5.534)
Encargos de uso do sistema transmissão	(883)	-	-	(883)	(946)
Amortização	(542)	(136)	(44)	(722)	(507)
Arrendamentos e aluguéis	-	(1)	(5)	(6)	-
Tributos	-	-	(75)	(75)	(21)
Provisões líquidas - PCLD	(143)	(87)	-	(230)	(241)

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Provisões líquidas - Contingências	-	-	85	85	90
Custo de construção	(2.087)	-	-	(2.087)	(1.326)
Alienação / Desativação de bens e direitos	-	-	(1)	(1)	(102)
Outros	(17)	(37)	(118)	(172)	(96)
Total custos / despesas	<u>(11.472)</u>	<u>(673)</u>	<u>(751)</u>	<u>(12.896)</u>	<u>(10.270)</u>

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS (controladora e consolidado)

Receita Financeira	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Renda de aplicações financeiras	100	59	247	215
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	-	-	416	483
Variação monetária	-	43	415	235
Variação cambial	-	-	-	-
Operações Swap	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	-	-	3	34
Total	100	102	1.081	967

Despesa Financeira	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Encargos de dívida	-	-	(657)	(357)
Variação monetária	-	-	(179)	(91)
Outras despesas financeiras	-	-	(147)	(55)
	-	-	(983)	(503)

27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (consolidado)

A Controlada em conjunto mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações, em valores proporcionais à participação da Uptick, estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/03/11		31/03/10	
			Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Amara Brasil	(c)	Prestação de serviço (almojarifado)	3	(13)	4	(13)
Neoenergia S.A.		Juros sobre capital próprio	530	(530)	431	(431)
Iberdrola Energia S.A.		Juros sobre capital próprio	38	(38)	31	(31)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Juros sobre capital próprio	98	(98)	8	(8)
Neoenergia Serviços	(c)	Prestação de serviço	-	(24)	-	(15)
Baguari I	(a.1)	Energia comprada	8	(18)	10	(17)
Rio PCH I	(a.1)	Energia comprada	5	(11)	6	(10)
Goiás Sul	(a.1)	Energia comprada	4	(10)	4	(10)
Afluentes Transmissão	(b)	Uso da Rede	1	(2)	1	(2)
Energética Águas da Pedra	(a.1)	Energia comprada	7	(63)	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:**(a.1) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL**

Rio PCH I – Contrato nº. 4600015569, vigência de 17 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº. 1.163 de dezembro de 2007.

Baguari I – Contrato nº 4600017985, vigência de 01 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resolução ANEEL nº. 589 de 11 de dezembro de 2007.

Goiás Sul – Contrato nº 4600017990 e 4600017991, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resoluções Autorizativas ANEEL nº 881 e 882 de 24 de abril de 2007.

Energética Águas da Pedra – Contrato 46000020539, vigência de 01 de agosto de 2007 até 31 de dezembro de 2040, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 232 de 19 de setembro de 2006.

b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes – Contrato nº. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a Afluente, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contratos de Prestação de Serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600014521, vigência de 16 de maio de 2008 até 15 de maio de 2011, conforme Despacho ANEEL nº. 3.045, de 15 de agosto de 2008.

Neoenergia Serviços Ltda – Contrato nº. 4600019864, vigência de 08 de agosto de 2010 até 08 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 2.758, de 20 de setembro de 2010.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores da controlada em conjunto para o trimestre findo em 31 de março de 2011 foi, em valores proporcionais a participação da Companhia de R\$ 36 (R\$ 6 em 31 de março de 2010), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e a COSERN efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Atualmente a Companhia e a Controlada em conjunto não possui dívida em moeda estrangeira.

Considerações gerais:

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Controlada em conjunto, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Controlada em conjunto e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Controlada em conjunto e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 53.000 – é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Controlada em conjunto, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- Instrumentos Financeiros Derivativos:

Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Controlada em conjunto em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são como segue:

Ativo	Categoria	Ativos (Passivos)			
		31/03/11		31/12/10	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Mantido para negociação	4.971	4.971	1.467	1.467
Títulos e valores mobiliários	Mantidos até o vencimento	1.843	1.843	2.611	2.611
Contas a receber de clientes e outros (a)	Empréstimos e recebíveis	24.497	24.497	25.419	25.419

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis				
Passivo					
Fornecedores	Não mensurado ao valor justo	(5.095)	(5.095)	(5.386)	(5.386)
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	Objeto de hedge	(3.314)	(3.314)	(3.288)	(3.288)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Não mensurado ao valor justo	(18.183)	(18.183)	(18.417)	(18.417)
Debêntures em moeda nacional	Não mensurado ao valor justo	(8.735)	(8.681)	(8.491)	(8.431)
Instrumentos financeiros derivativos	Destinados a hedge (<i>hedge accounting</i>)	(15)	(15)	48	48

(a) Líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD.

A Controlada em conjunto possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira através da troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Controlada em conjunto não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Fatores de Risco

- Riscos financeiros

Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Controlada em conjunto vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Controlada em conjunto, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Controlada em Conjunto monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Controlada em conjunto:

	<u>Aumento/redução em pontos base</u>	<u>No resultado</u>	<u>No patrimônio líquido</u>
2011			
Ativos Financeiros			
CDI	-0,03%	(2)	(2)
Passivos Financeiros			
CDI	-0,03%	4	4
2010			
Ativos Financeiros			
CDI	1,51%	140	140
Passivos Financeiros			
CDI	1,51%	(147)	(147)
IGPM	3,23%	(44)	(44)
SELIC	-0,04%	1	1

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Controlada em conjunto. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Controlada em conjunto revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- Riscos operacionais

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Controlada em conjunto vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Controlada em conjunto monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de vencimento antecipado

A Controlada em conjunto possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 15).

Uptick Participações S.A.
Notas Explicativas

Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

- Gestão do Capital Social

A Controlada em conjunto promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano.	≤ 2,0 segmento de distribuição
Dívida de curto prazo/Dívida total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	≤ 20% segmento de distribuição
EBITDA/Despesa Financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	≥ 3,5 segmento de distribuição

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste Tarifário 2011

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.139, de 19 de abril de 2011, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2011, fixou em 12,40% o índice médio de reajuste tarifário para a Controlada em conjunto, sendo 7,32% relativos ao reajuste tarifário anual e 5,08% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 9,86% sendo 9,70 para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 10,27% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da:
UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as informações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A. essas práticas contábeis aplicáveis às informações contábeis individuais diferem das IFRS somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos

leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2011.

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S
CRC 2BA - 00710/O "S" RJ

JOSÉ RENATO MENDONÇA
CONTADOR – CRC 1BA - 9.749/O - 9